

CONSELHO DE MINISTROS

Até 1983 mais 26 mil fogos e 59 mil postos de trabalho

O Conselho de Ministros manteve nas últimas 48 horas um ritmo de trabalho intenso que lhe permitiu aprovar 56 decretos nas áreas das Finanças, Justiça, Cultura, Educação, Negócios Estrangeiros, Comércio e Turismo, Administração Interna e Habitação.

Só no campo da habitação foram aprovados cinco programas que enquadram o orçamento destinado à construção de habitação pelo Fundo de Fomento de Habitação, Autarquias Locais, Cooperativas de Habitação e Associações de Moradores, bem como a recuperação dos fogos degradados.

Daqueles cinco programas um é reservado à promoção directa da Habitação através do lançamento em 1980 de 10 mil fogos, cuja execução se prolongará até 1983. O investimento previsto, que atinge mais de dez milhões de contos, vai permitir a criação de 24 mil postos de trabalho. O segundo projecto tem por objectivo a conclusão, em 1980, de cerca de seis mil fogos de casas prefabricadas, contando-se para a sua execução com o volume de investimento da ordem de dois milhões de contos, que permitirá a criação de seis mil postos de trabalho. No projecto de apoio às Câmaras Municipais, que constitui o terceiro programa vão ser lançados dois mil fogos e investidos dois milhões de contos, com a criação futura de cinco mil postos de trabalho. As Cooperativas de Habitação e Associações de Moradores vão poder construir fogos que podem ir até

oito mil e contam com um investimento de cerca de nove milhões de contos que permitirão que sejam criados, até 1983, cerca de 20 mil postos de trabalho.

O Programa de Recuperação dos Imóveis Degradados prevê que sejam recuperados até 1981 cerca de sete mil fogos. Este programa conta com o investimento de 1,88 milhões de contos e possibilita a criação de quatro mil postos de trabalho. Os fogos a recuperar pertencem às Câmaras Municipais e a particulares. Ainda no âmbito da habitação foi aprovada a lei orgânica do Fundo do Fomento.

ZONA TURÍSTICA DA «COSTA VERDE»

No âmbito do Comércio e Turismo o Governo estabeleceu a zona turística da Costa Verde que abrange as áreas dos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova da Cerveira.

A reunião do Conselho de Ministros, que terminou cerca das cinco da manhã, aprovou, ainda, outros diplomas entre os quais o que reestrutura a Direcção-Geral da Contabilidade Pública e cria a Inspeção-Geral de Seguros e a Central de Compras do Estado. Na área da Justiça foram aprovados decretos que criam o estatuto dos revisores oficiais de contas e a possibilidade de constituição das sociedades de advogados.

No sector da Cultura viu, finalmente, a luz do dia o Museu Nacional de Etnologia, enquanto

no sector dos Negócios Estrangeiros foi aprovado um acordo sobre o comércio de produtos agrícolas entre Portugal e a Espanha.

Alguns diplomas estabelecem normas no âmbito do Ministério da Educação: foi criada a Direcção-Geral do Ensino Artístico, o Gabinete do Ensino do Português no estrangeiro e a Inspeção-Geral do Ensino. Foram ainda aprovados o estatuto dos Jardins de Infância do sistema público e a carreira docente do ensino superior politécnico. Os professores profissionalizados não efectivos, do ensino primário, e os professores provisórios de 1.ª e 2.ª, do ensino preparatório secundário e médio, viram regulado o pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

BATATA DE SEMENTE

Outra das tarefas do Conselho de Ministros foi a revisão da política de abastecimento da batata de semente, de forma a que seja promovido o escoamento da produção nacional. Paralelamente, o Governo pretende conseguir «uma equilibrada distribuição das importações pelas cooperativas agrícolas e pelos importadores que não têm aquele estatuto».

A contingentação de importação estabelecida ascende a 32 mil toneladas, podendo, porém, vir a ser ampliada no futuro.

O Governo não se pronunciou ainda sobre o projecto-lei para regularizar o estatuto dos ensinos particular e cooperativo (o articulado contém 300 alíneas) mas reconheceu o exaustivo trabalho da equipa do Ministério da Educação encarregada da sua elaboração.

